# O TILS EDUCACIONAL DIANTE DE UMA CRIANÇA SURDA E AUTISTA NUMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DE MORENO – PE[1]

*Tuana Maria da Silva (UFPE)*

**Resumo:** O TILS educacional tem a função de mediar à comunicação entre o aluno surdo, o professor regente e os demais funcionários da escola. Mas ao se tratar de um aluno com múltipla deficiência a abordagem desse profissional necessita de adaptações metodológicas. Essa pesquisa trata de um relato de experiência vivenciado por uma Intérprete de Libras que acompanha um surdo com autismo em uma escola municipal na cidade de Moreno - PE. O objetivo deste trabalho é compreender quais competências cabe ao Tradutor Intérprete de língua de sinais que exerce a função na sala de aula com um estudante surdo e autista nível 3 de suporte. Com o propósito de alcançar uma resposta, nos lançamos aos estudos de documentos, legislação e artigos que mencionam o assunto. Neste trabalho, como base teórica estão contidos os dados da pesquisa Nacional e Saúde (PNS) de 2019, como também os Estudos da Tradução e Interpretação em Língua de Sinais (ETILS), assegurados pela lei que regulamenta a profissão do Tradutor e Intérprete: 12.319/2010 e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI): 13.146/2015. No que diz respeito ao TILS educacional, temos como referência teórica, Albres (2015) e Lacerda (2009) Quadros (2004) e por último, o tópico sobre autismo e surdez é embasado em Kanner (1943), o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos mentais (DSM-5) e o decreto 5.626/2005 que regulamenta a Lei 10.436/2002 que reconhece a Libras como língua da comunidade surda brasileira.

**Palavras-chave:** Autismo; Intérprete educacional; Surdez

---

[1][1] Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Letras-Libras apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras. Tendo sido orientador o(a) Prof.(a): Ana Cláudia Barbosa Barbosa de Lima Barros

## INTRODUÇÃO

O tema aqui proposto tem motivação em uma experiência vivida pela pesquisadora quando começou a atuar como Tradutora e Intérprete de Libras no apoio a um estudante com deficiência múltipla em uma escola pública do município de Moreno, em Pernambuco. Nesse contexto, um caso de deficiência múltipla envolvendo surdez profunda e autismo nível três de suporte nos colocou diante de questionamentos inquietantes quanto ao processo de aquisição de linguagem e o seu papel enquanto profissional Tradutora Intérprete de Língua de Sinais (doravante, TILS). Essa pesquisa responderá, portanto, as seguintes questões: a) Qual o caminho comunicativo mais eficaz nesses casos para o processo de aquisição da linguagem? b) Qual o lugar pedagógico e didático do TILS nesse contexto educacional?

Nessas duas perguntas estão contidos os objetivos, assim detalhados: Objetivo geral: Compreender quais as competências do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais para lidar numa sala de aula de uma escola municipal com um estudante surdo e autista. Objetivos específicos: identificar as estratégias comunicativas exitosas na interação/mediação entre os sujeitos da pesquisa; Apresentar um desenho conclusivo que aponte caminhos práticos sobre o que é possível e eficiente para o TILS cumprir dentro do ensino escolar, no contexto apresentado.

Diante da escassez de dados sobre o tema abordado aqui, a experiência na área, o contato social com o contexto educativo já são suficientes para nos mostrar um quadro de aumento dessa população aliado a fatores de desinformação social e carência de formação profissional nessa área, ao mesmo tempo que está em curso o avanço do conjunto de direitos e das redes de apoio a essa população no regime democrático.

Como lidar, portanto, com essa demanda real que experimentamos na prática escolar na função de profissionais intérpretes de Libras? A contribuição que queremos trazer, parte desse ponto de vista e dialoga naturalmente com o trabalho docente e seus diversos desafios a partir de um relato de experiência.

## 1. REFERENCIAL TEÓRICO

Na busca de dados que justifiquem a importância do tema de nosso interesse, a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019) nos traz informações interessantes quanto ao uso e conhecimento da Libras por parte do recorte da população brasileira entre 5 e 40 anos de idade com deficiência auditiva (pessoas com muita dificuldade ou que não conseguiam de modo algum ouvir), destes, “22,4% sabem usar Libras. Entre as pessoas do mesmo grupo etário e que não conseguem ouvir de forma alguma, esse percentual foi ainda maior, 61,3% (43 mil pessoas) sabem essa língua.” (IBGE, 2021, p. 54). Foi a primeira vez que esse item foi pesquisado pela PNS, o que corrobora para a elaboração de uma de nossas hipóteses mais importantes, a de que a Libras pode sim servir de instrumento comunicativo e, portanto, contribuir com a aquisição da linguagem, em contextos como o que apresentamos, onde o canal visual cumpre papel de destaque.

Na outra ponta de nossa temática, a que olha para o autismo e suas consequências no desenvolvimento da linguagem, é mais difícil encontrar dados precisos aqui no Brasil, mas estimativas da Rede de Monitoramento de Autismo e Deficiências do Desenvolvimento, mantida pelo Centro de Controle de Doenças e Prevenção (CDC), dos Estados Unidos, aponta que 1 em cada 36 crianças de oito anos de idade são diagnosticadas com essa condição, o que representa um aumento de 22% nos números da última pesquisa publicada em dezembro de 2021 e que, se transportados para o contexto brasileiro, a prevalência de tais dados significaria dizer que cerca de 6% da população brasileira pode estar nesse perfil.

Há pelo menos três áreas fronteiriças na pesquisa que aqui empreendemos. Por ordem de conceituação. São eles:

### 1.1 Estudos da Tradução e Interpretação em Língua de Sinais - ETILS

Os estudos da tradução em língua de sinais compreendem esse primeiro plano, que devemos guiar a uma especificidade diante de sua amplitude temática e diante do nosso interesse contextual. Assim, quando partimos para falar sobre o

papel do TILS no contexto educacional inclusivo a que reportamos, as normativas que regulamentam esta profissão no Brasil, especialmente a Lei 12.319/2010, ganham importância de revisão e dialogam com outras leis e regimentos que ordenam a educação inclusiva e seus agentes, como a Lei Brasileira de Inclusão LBI (2015) e o próprio Plano Nacional de Educação (PNE, 2021). Tais leituras servirão para entendermos como deverá se portar e se localizar o TILS como agente no contexto escolar, o que importa muito mais do que outros fatores ligados tradicionalmente ao trabalho e aos estudos sobre o tradutor e suas metodologias de atuação. Questões como fidelidade tradutória, tipos de tradução (consecutiva e simultânea), espaço de tradução, entre outros, serão temas abordados na pesquisa, mas importarão menos nesse novo e desafiador contexto envolvendo a educação inclusiva de pessoas com autismo e surdez, onde a Libras pode inicialmente ser vista como comunicação alternativa que reforça a ideia de que os estímulos táteis e visuais em língua de sinais são capazes de criar uma experiência comunicativa com uma pessoa do espectro autista muito mais eficaz do que por estímulos puramente auditivos. Neste sentido, a literatura especializada estrangeira já é mais capaz de nos fornecer auxílio para uma fundamentação teórica que colabore com a hipótese de que a Libras se apresenta como estímulo comunicativo alternativo e eficaz no contexto da educação inclusiva, para além do público com surdez, o que significa dizer que se inauguram outros usos e metodologias diferentes do trabalho de tradutor de língua de sinais.

Diante das seis competências do Intérprete de Libras conforme Quadros 2004(apud Roberts 1992) a [1]competência linguística, [2]competência para transferência, [3]competência metodológica, [4]competência na área, [5]competência bicultural, [6]competência técnica. Destacamos aqui duas delas, importante para este estudo

> **[3]competência metodológica** - habilidade em usar diferentes modos de interpretação (simultâneo, consecutivo, etc), habilidade para escolher o modo apropriado diante das circunstâncias, habilidade para retransmitir a interpretação, quando necessário, habilidade para encontrar o item lexical e a terminologia adequada avaliando e usando-os com bom senso, habilidade para recordar itens lexicais e terminologias para uso no futuro.

> **[5]competência bicultural** - profundo conhecimento das culturas que subjazem as línguas envolvidas no processo de interpretação (conhecimento das crenças, valores, experiências e comportamentos dos utentes da língua fonte e da língua alvo e apreciação das diferenças entre a cultura da língua fonte e a cultura da língua alvo). (Quadros (2004) apud Roberts (1992)).

Compreender tais competências se faz necessário, pois, para exercer a função de intérprete educacional, para além de obter conhecimento das línguas, é necessário se apropriar das competências citadas, principalmente a competência metodológica que trata da habilidade de usar diferentes modos de interpretação com apropriação diante das circunstâncias encontradas no percurso de atuação, uma vez que, a interpretação simultânea não cabe a essa situação, visto que, para atuar com um estudante com uma condição específica, requer adequações que atinjam o seu nível linguístico e as suas demandas enquanto criança atípica. Se apropriar da cultura do indivíduo é uma forma de compreendê-lo. Esses componentes podem agregar muito no processo de desenvolvimento do estudante, já que, fazer adaptações que condizem com a sua realidade, influencia de forma positiva a aquisição da língua, pois é a partir dela que os demais conhecimentos serão adquiridos.

## 1.2 ETILS em contexto educacional

Para tratar sobre os ETILS em contexto educacional, estabelecemos diálogo entre recentes estudos da área da surdez e da interpretação, como: Albres (2015) Lacerda (2009) e Quadros (2004) o que reflete a realidade na qual nos inserimos, onde estudos especializados e informações são dados escassos no país, embora a presença de estudantes com essa característica já seja uma realidade presente dentro das escolas, tal qual atesta o fato motivador desta pesquisa, descrito na introdução.

Levando em consideração não apenas as competências linguísticas e habilidades tradutórias no que diz respeito ao papel do tradutor intérprete educacional, é interessante que se tenha um olhar delicado voltado para a especificidade de cada estudante, pois, como menciona Albres (2015) em sua obra intitulada: *Gesto-visualidade no processo de tradução de literatura infanto-juvenil: marcas do discurso narrativo*, o papel do profissional mencionado na sessão que se

refere também a: “Conhecimento dos aspectos culturais e de estratégias discursivas para a execução do ato tradutório é imprescindível dispor de recursos linguísticos embasados na gestualidade para enriquecer o produto final valorizando, sobretudo o público a que se destina.” Albres (2015).

Contudo, o intérprete educacional não atua de forma isolada, apenas mediando os conteúdos abordados em sala ministrados pelo professor regente, o mesmo estará em conjunto com a rede pedagógica da escola, o que influencia na didática que pode favorecer no processo de aprendizagem, não apenas no aspecto da aquisição de linguagem, como também, no seu reconhecimento enquanto sujeito surdo. Assim dizendo, outra característica importante apresentada por Souza (2013) é a interpretação formal e informal, segundo a autora, é pertinente perceber o espaço, em que ocorre a comunicação, se, por exemplo, acontece dentro da sala de aula - interpretação formal, ou fora dela, em uma conversa entre o aluno surdo e os demais sujeitos da escola, nesse caso, cabe a interpretação informal.

Lidar com essas situações, condiz muito com a realidade do (IE), não é só apenas um sujeito que precisa ter domínio das duas línguas Libras/português, mas é estar ciente da cultura que a comunidade escolar está inserida e estar atenta à realidade da criança que é acompanhada. Para Quadros (2004, p. 60)

> Muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito.

Essa situação é bastante recorrente, pois, por se tratar de um estudante surdo, o primeiro ponto a se pensar na inclusão dele na escola é a presença do intérprete de Libras, e com essa presença o professor regente costumeiramente não considera o aluno surdo como sendo sua responsabilidade também. Por esse motivo, o TILS precisa se posicionar e apresentar possibilidades pedagógicas que possam ser abordadas pelo professor ao estudante, e o Intérprete Educacional ser

de fato o mediador, porém esta distinção de funções não acontece na maioria das vezes, principalmente no caso relatado neste estudo diante de uma criança atípica que necessitava de atendimento especializado.

### 1.3 Autismo e Surdez

Compreender e caracterizar essa nova realidade, onde surdez e autismo estão em interseção, requer conhecer suas definições e características.

Partindo agora para os aspectos da surdez, é cabível compreender a sua definição no Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005

> Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.
>
> Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Para compreendermos as questões associadas ao autismo, buscamos em Kanner (1943) definição do autismo infantil como: “distúrbios autísticos do contato afetivo”. Após estudos com pacientes na primeira infância, o autor pontua as seguintes características comportamentais para essa condição:

> Perturbações das relações sociais afetivas com o meio, solidão autística extrema, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas intencionalidades cognitiva, aspecto físico aparentemente normal, comportamento ritualístico, início precoce e incidência predominante no sexo masculino.(Kanner 1943, p. 217)

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), criada pela Associação Americana de Psiquiatria, publicada em 18 e maio de 2013, do grau 1 ao grau 3 de suporte há diferenças dos níveis de intensidade em relação às características do TEA. Por exemplo, no nível 1 de suporte os “prejuízos” são mais leves, a ponto do indivíduo estudar, trabalhar e se relacionar sem muitos

impasses, no nível 2 de suporte a pessoa possui determinada dependência no que diz respeito a desempenhar funções cotidianas, como tomar banho ou preparar a própria refeição. Já no nível 3 de suporte o sujeito apresenta dificuldades graves e pode precisar de apoio especializado ao longo de sua vida.

Diante disso, tais referências colaboraram muito para compreender como lidar com a criança surda e autista, e refletir quais estratégias são cabíveis à essa realidade.

## 2. **METODOLOGIA**

Esta proposta de estudo foi desenvolvida a partir de minhas inquietações em uma experiência vivenciada por dois anos em uma escola municipal no município de Moreno – PE, na função de Intérprete educacional, cujas percepções e conhecimentos foram relevantes para a minha formação pessoal e profissional.

O método adotado foi da pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, caracterizada por um estudo de caso

> O estudo de caso prevê a coleta e análise de dados sobre um indivíduo, família, grupo ou comunidade; trata-se de uma pesquisa predominantemente qualitativa, cujo objetivo visa estudar uma especificidade da amostra, de forma aprofundada e exaustiva. Sendo uma pesquisa aplicada, voltada para conhecer uma realidade pontual, não se desenvolvem teorias, reporta-se apenas ao que foi observado, evitando-se a generalização dos resultados. (PEREIRA 2024, p. 51)

O contexto de investigação se deu em uma escola pública na cidade de Moreno – PE onde a pesquisadora realizou uma experiência profissional ao lado de uma criança surda e autista. Foi realizado anteriormente um trabalho piloto de investigação nos dados da Secretaria de Educação Estadual de Pernambuco (SEEPE) para saber se há outros casos como esse e onde ocorrem. Segundo os dados encontrados, apenas este estudante tem as características de autismo e surdez em toda a cidade. Por se tratar de um tema pouco explorado, como já fizemos referência nos capítulos anteriores, por serem incipientes as informações sobre casos de autismo e surdez associados em contexto educacional inclusivo, foi

necessário iniciar este estudo buscando a bibliografia atual para uma leitura e compreensão de abordagens metodológicas para atuação. Em seguida, anotações particulares de planejamentos e estratégias para executar diariamente com o estudante em sala de aula foram subsídios que contribuíram para retomar às memórias.

Com esse desenho metodológico, entendemos ser capazes de levantar um quadro inicial que apresente respostas práticas para um desafio real na profissão do tradutor intérprete de língua de sinais em atuação no ensino inclusivo junto a especificidade de educar uma criança surda com autismo.

## 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO

Durante a minha atuação enquanto profissional intérprete na escola Municipal localizada em Moreno – PE, acompanhando o estudante Bernardo[2] diagnosticado com autismo CID: F 84.0 + F 90.0, nível 3 de suporte de caráter permanente, em seu laudo consta as seguintes observações do médico: “paciente apresenta déficit nas relações sociais, estereotipias, atraso na fala, seletividade alimentar, hiperfoco”. Enquanto em seu laudo sobre a surdez consta: perda auditiva sensorioneural bilateral de grau profundo. Vale lembrar que o mesmo realizou o procedimento para uso do implante coclear[3] ocorreram momentos que foram essenciais no processo do seu desenvolvimento e que, a partir disso, cabe até considerar uma “linha do tempo” da relação de Bernardo com aquisição da Língua de Sinais.

Em nosso primeiro contato, tentei me comunicar através dos sinais, mas não tive retorno, pois Bernardo se distraía com tudo ao seu redor. É importante ressaltar que o mesmo não frequentava a escola há alguns meses. Então, já que não tive sucesso na primeira interação, optei que ele conduzisse a “conversa”, desde então, ele foi pegando objetos que o interessavam e me mostrava, e como resposta, eu fazia o sinal dos itens selecionados por ele.

---

[2] Nome fictício para preservar a identidade da criança.

[3] O **implante coclear** (IC) é uma prótese eletrônica que, por meio de uma cirurgia, é colocada no ouvido interno. No geral, o dispositivo é indicado para casos mais graves, quando não há uma percepção insuficiente dos sons. Mesmo quando eles são amplificados por meio de um aparelho auditivo comum.

Após uma semana de sua diagnose, fui em busca de estratégias que pudessem somar para a nossa interação. Conforme pesquisado, um dos pontos de partida mais importantes que encontrei, seria identificar o hiperfoco de Bernardo, que segundo o Dr. Matheus Trilico (2022), “trata-se de um fenômeno que reflete a absorção completa e mantida de uma pessoa por uma tarefa.” logo a pessoa se desconecta dos estímulos ao seu redor, ignorando-o completamente. Nas semanas seguintes notei que o seu hiperfoco eram fitas/tiras, ou tudo que tivesse semelhança com algo esvoaçante e colorido. Prontamente, foquei minhas táticas para esse sentido, explorando sinais sobre animais, cores, números com uso de materiais recicláveis, prezando pelo uso de recursos concretos. Além disso, foram colocados sinais impressos em todos os ambientes da escola objetivando estimular a percepção visual de Bernardo. Desde então, Bernardo passou a reparar a existência dos sinais e começou a repeti-los sempre que eu os usava. Essas são características da ecolalia, “um distúrbio caracterizado pela repetição daquilo que a própria criança acabou de dizer ou pelo o que seu interlocutor falou há pouco tempo” Instituto Neuro Saber (2024). Nesse caso, ao contrário das palavras, os sinais eram repetidos. Esse foi o segundo momento crucial em relação ao desenvolvimento de Bernardo, que vai para além da interação assim como do seu reconhecimento enquanto indivíduo em sociedade.

Dentro de dois anos em que o estudante foi acompanhado, percebemos mudança em seu comportamento, uma vez que, como posso exemplificar: ele não sabia solicitar a ida ao banheiro, por exemplo, ele tirava a calça na presença de qualquer pessoa e corria para o banheiro. Após um longo período usando a língua de sinais em situações como essa, que o mesmo internalizou os sinais como estratégia de comunicação, o comportamento mudou. Outrossim, em momentos recreativos haviam aquisição dos sinais. Mais um exemplo pertinente, era quando a criança brincava com uma bola pertencente à escola, o mesmo chutava fortemente por várias vezes o brinquedo, pra que a bola não saísse das dependências da escola, era lhe mostrado os sinais em Libras FORTE e DEVAGAR , até que ele compreendeu que o sinal forte significava que a bola ia mais longe e não era permitido, e o sinal devagar significava chutar a bola de forma mais leve e era permitido.

Após familiaridade com a língua de sinais, as atividades pedagógicas

adaptadas em conjunto com a instrutora de Libras da escola e o professor regente, as atividades passaram a ser de fácil compreensão pelo estudante.

Através de exemplos como esses, é perceptível que a aquisição da língua de sinais ocorre de forma natural, através do seu uso em situações corriqueiras. Logo, percebeu-se que antes mesmo de atuar como intérprete de Libras, que faz a ponte entre a língua fonte e a língua alvo, se faz necessário ir para além das competências de interpretação e atentar-se primeiramente em reconhecer uma metodologia mais eficaz para a comunicação.

## 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho pretendeu compreender quais estratégias o TILS educacional pode utilizar ao lidar com uma criança surda com autismo, que por sua vez, exige uma demanda muito além das suas competências linguísticas, técnicas e metodológica. A partir de um estudo de caso que ocorreu numa escola pública do município de Moreno, onde foi analisado quais métodos mais eficaz para atender as particularidades de uma criança surda que ainda não adquiriu uma língua que colabore para sua comunicação, e não consegue fazer uso de forma efetiva do seu campo visual. Para se atingir uma compreensão das competências do tradutor intérprete de língua de sinais, definiu-se dois objetivos específicos. O primeiro, catalogar as estratégias comunicativas exitosas na interação/mediação entre os sujeitos da pesquisa. Verificou-se que a maneira mais eficaz foi o uso de materiais concretos que podem servir como instrumento de apoio para a comunicação e atividades pedagógicas. Depois, apresentamos um desenho conclusivo que apontou caminhos práticos sobre o que é possível e eficiente para o TILS cumprir dentro do ensino escolar no contexto apresentado. A análise permite concluir que antes mesmo do TILS focar sua atenção para os conteúdos abordados em sala, é aconselhável preocupar-se com a comunicação do sujeito, uma vez que, ela faz parte do seu desenvolvimento e reconhecimento de identidade e isso ocorre por meio de materiais reutilizáveis que contextualiza e faz sentido para com o aluno.

Com isso, a hipótese do trabalho que era compreender a aquisição de

linguagem e o papel do intérprete de língua de sinais, que também é um sujeito que faz parte desse processo, se confirmou pelo fato do TILS ser uma figura constante na rotina escolar, e por fazer parte de um cenário que estimule no progresso identitário e cultural do aluno. Sendo assim, a língua de sinais se mostrou mais plausível, por se tratar de uma língua de canal espaço-visual, e nesse caso, cabe ao TILS em parceria com o corpo pedagógico da escola, explorar recursos táteis e visuais que assistam às necessidades do estudante.

O instrumento de coleta para esta pesquisa se deu por meio do diário de bordo durante o tempo que o estudante foi acompanhado em sala de aula. Nesse diário de bordo contém registros das atividades que foram elaboradas em conjunto com a professora regente e a instrutora de Libras que também acompanhava o estudante. Essa última foi uma figura muito importante para o estudante, pois, a se deparar com um semelhante surdo, a percepção para com as sinalizações ocorreu de forma fluída, facilitando assim a comunicação.

## REFERÊNCIAS


ALBRES, Neiva de Aquino. Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

ALMEIDA, F. T. Surdez e sociedade: uma análise crítica. 5. ed. Brasília: Editora VWX, 2023.

BEYER, H. Surdez e inclusão: desafios e possibilidades. 2. ed. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

BORGES, Thaynan da Rocha. Surdez e autismo: possibilidades de intervenção pedagógica. 2018. 62 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura em Pedagogia Bilíngue, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Aparecida de Goiânia, 2018.

BRASIL. Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamentada a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de dezembro de 2000. Brasília, DF, 2005. Recuperado de

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 19 ago. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com transtornos do espectro do autismo (TEA). Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

COSTA, D. L. Autismo: diagnóstico e intervenção. Florianópolis: Editora YZ, 2018.

DEL RÉ, Alessandra. A pesquisa em aquisição da linguagem: teoria e prática. In_____. (Org.). Aquisição da linguagem: uma abordagem psicolinguística. São Paulo: Contexto, 2006.

FERREIRA, A. S. Inclusão de alunos surdos no ensino regular: desafios e estratégias. Recife: Editora PQR, 2019.

GOLDFELD, Márcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 1997.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

Instituto NeuroSaber, 2019. Disponível em: https://institutoneurosaber.com.br/ acesso em: 15 de agosto de 2024.

KLIMA, E. S; BELLUGI, U. The signs of language. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LODI, Ana Claudia Balieiro. O intérprete de língua de sinais na sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2013

LOPES, R. A. Autismo e surdez: uma análise das estratégias de comunicação e autoeficácia docente em escolas bilíngues para surdos. Tese (Doutorado em Distúrbios do desenvolvimento), Mackenzie, São Paulo, 2019.

LIDDELL, S. K; JOHNSON, R. E. American Sign Language: The phonological base. In:Sign Language Studies, v. 64, p. 195-277, 1989. In: VALLI, C.; LUCAS, C.; MULROONEY, K.J.; VILLANUEVA, M. Linguistics of American Sign Language: an introduction. 5. ed. Washington, DC: Gallaudet University Press, p. 292-331, 2011

MARTINS, C. R. Intervenções precoces no autismo: um guia para pais e profissionais. Belo Horizonte: Editora MNO, 2020.

MERGL, Marina; AZONI, Cintia Alves Salgado. Tipos de ecolalia em crianças com transtorno do espectro autista. São Paulo. Revista CEFAC. 2015.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Inclusão escolar e o ensino de Libras. São Paulo: Plexus, 2006.

LOPES, Larissa. **O papel do intérprete de Libras no contexto escolar**. 2020, 33. Pedagogia. Universidade São Francisco, Itatiba. 2020.

PEREIRA, João Batista. **Metodologia do trabalho científico**. João Pessoa: Editora IFPB, 2024. v. 1.

PEREIRA, L. F. Educação de surdos: práticas pedagógicas inclusivas. 3. ed. Porto Alegre: Editora DEF, 2021.

PERLIN, Gladis. A formação do intérprete de língua de sinais. Porto Alegre: Mediação, 2009.

OLIVEIRA, R. T. Autismo e desenvolvimento infantil: uma abordagem multidisciplinar. São Paulo: Editora GHI, 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de. O tradutor intérprete de língua de sinais e língua portuguesa. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília: MEC; SEESP,2004.

ROCHA. Amanda Santos. Surdez e autismo: um estudo de caso. brasília,Distrito Federal. 2016.

RODRIGUES, E. M. Autismo e aprendizagem: métodos e técnicas. Salvador: Editora STU, 2021.

SANTOS, J. P. Surdez e bilinguismo: teoria e prática. 4. ed. Curitiba: Editora JKL, 2022.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. Intérprete de Libras: práticas tradutórias e formação profissional. São Paulo: Arara Azul, 2010.

SASSAKI, Romeu Kasumi. “Acesso à informação e à comunicação no mundo virtual para todas as pessoas”. Revista Brasileira de Tradução Visual, Recife, vol. 2, nº 2, 2010. Disponível em: http://www.rbtv.associadosdainclusao.com.br/index.php/principal/search/authors/view?firstName=Romeu&middleName=Kazumi&lastName=Sassaki&affiliation=&country=

SILVA, M. A. Autismo e comunicação: estratégias para a inclusão escolar. Rio de Janeiro: Editora ABC, 2019.

SKLIAR, C.. Bilinguismo e biculturalismo: uma análise sobre as narrativas tradicionais na educação de surdos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 8, p. 44-57, maio/jun./jul./ago. 1998. Disponível em: . Acesso em: 3 ago. 2022.

SOUZA, Danielle. O tradutor/intérprete de Libras no contexto educacional: desafios linguísticos no processo tradutório. São Luís, Maranhão. Revista virtual de cultura surda e diversidade. 2011.

TAMANAHA, Ana Carina; PERISSINOTO,Jacy;CHIARI, Brasília Maria. Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de asperger. São Paulo, São Paulo. 2008;13 (3), 296-9.